



Tribunal de Justiça do Maranhão
Diário da Justiça Eletrônico

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (Retificação ao RGF da Edição DJ 93/2020 - Publicado em 28/05/2020)
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º Quadrimestre de 2020

DESPESAS EXECUTADAS														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (Retificação ao RGF da Edição DJ 93/2020 - Publicado em 28/05/2020)														
1º Quadrimestre de 2020														
(Últimos 12 Meses)														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													INSCRITAS EM
	(Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	MR-11	MR-10	MR-09	MR-08	MR-07	MR-06	MR-05	MR-04	MR-03	MR-02	MR-01	MR	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	
	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	64.401.591,64	90.396.356,31	63.214.308,02	63.576.925,75	84.791.479,51	72.698.091,53	69.888.880,23	111.273.873,74	67.556.252,75	68.917.747,95	71.477.032,14	65.389.955,22	893.582.494,79	113.580,57
Pessoal Ativo	56.596.150,75	82.647.025,00	55.428.141,76	55.819.163,44	76.969.385,71	63.919.690,53	63.283.145,33	93.468.534,16	59.509.863,08	60.862.592,55	58.822.466,35	57.349.750,82	784.675.909,48	0,00
engargos patronais	7.805.440,89	7.749.331,31	7.786.166,26	7.757.762,31	7.822.093,80	8.778.401,00	6.605.734,90	17.805.339,58	8.046.389,67	8.055.155,40	12.654.565,79	8.040.204,40	108.906.585,31	113.580,57
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	11.225.324,07	11.827.963,95	9.998.544,26	10.074.614,09	33.955.396,99	11.931.797,66	11.705.539,57	22.794.074,71	12.136.924,96	12.667.471,29	11.464.077,47	10.159.892,99	169.941.622,01	0,00
Decisão PL TCE nº 15/2004	8.690.490,17	9.321.425,72	8.721.960,90	8.774.474,52	11.431.270,17	9.068.271,20	8.939.713,80	18.686.125,01	9.469.534,25	9.510.192,61	9.025.342,64	8.963.804,34	120.602.605,33	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	70.211,75	156.109,27	30.037,69	122.791,81	95.389,62	96.777,65	31.895,90	56.378,70	59.310,89	47.979,18	63.404,20	69.703,75	899.990,41	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	2.464.622,15	2.350.428,96	1.246.545,67	1.177.347,76	22.428.737,20	2.766.748,81	2.733.929,87	4.051.571,00	2.608.079,82	3.109.299,50	2.375.330,63	1.126.384,90	48.439.026,27	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	53.176.267,57	78.568.392,36	53.215.763,76	53.502.311,66	50.836.082,52	60.766.293,87	58.183.340,66	88.479.799,03	55.419.327,79	56.250.276,66	60.012.954,67	55.230.062,23	723.640.872,78	113.580,57



Tribunal de Justiça do Maranhão
Diário da Justiça Eletrônico

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	14.959.941.998,00	-----
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	-----
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	14.959.941.998,00	-----
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	723.754.453,35	4,84%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	897.596.519,88	6,00%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	852.716.693,89	5,70%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	807.836.867,89	5,40%

FONTE: Sistema: SIAFEM; Unidade Responsável: TRIBUNAL DE JUSTIÇA, Data da emissão: 22/01/2019 e hora de emissão: 09:15

1 - De acordo com a decisão PL-TCE nº 1.895/2002, inativos e pensionistas não são computados para fins dos limites específicos dos poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e do Tribunal de Contas, conforme estabelecido no art. 20, II da LRF.

2 - De acordo com a decisão PL-TCE nº 15/2004, o valor do imposto de renda retido na fonte não deverá ser computado como despesa com pessoal compondo os limites globais e específicos previstos nos arts. 19 e 20 da LRF, no valor de R\$ 120.602.605,33.

3 - De acordo com o Manual de Riscos Fiscais 2018 as despesas com ressarcimento de servidores cedidos com ônus para o órgão de origem, quando do efetivo ressarcimento, deverão ser excluídas da Despesa Bruta com Pessoal. O valor deduzido com ônus ressarcido foi de R\$ 3.447.562,72.

São Luís-MA, sexta-feira, 29 de maio de 2020.

JUREMA MAMEDE DE PAIVA

Diretor de Controle Interno

AMUDSEN DA SILVEIRA BONIFÁCIO

Diretor Financeiro

Desembargador LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA

Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão - TJMA

Informações de Publicação

96/2020	01/06/2020 às 12:04	02/06/2020
---------	---------------------	------------